


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Sorbone, 375, Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1fam@tjsp.jus.br

**SENTENÇA - ALVARÁ**

**Processo Digital nº:** 1003067-77.2018.8.26.0566  
**Classe - Assunto** Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor  
**Herdeiros:** Isabel Cristina Pinheiro Alves, Nayara Cristina Alves de Moraes,  
 Vitor Vilcineu Cassimiro Alves de Moraes  
**Requerido:** Edvilson Cassimiro de Moraes, RG 25.625.671.671-7 SSP/SP, CPF  
 156.261.578-59 (falecido em 19/03/2018)  
**Qualificação do  
 requerente que  
 figurará no alvará:** Willian Alves de Moraes, RG 47912727, CPF 405.130.568-66, com  
 endereço à Vinte e Oito de Setembro, 2462, Centro, CEP 13560-270, São  
 Carlos - SP

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Isabel Cristina Pinheiro Alves, Nayara Cristina Alves de Moraes,  
Vitor Vilcineu Cassimiro Alves de Moraes e Willian Alves de Moraes pretendem a expedição de  
 alvará judicial para poder sacar todo o numerário existente na conta vinculada do PIS/FGTS e os  
 resíduos previdenciários do INSS deixados por Edvilson Cassimiro de Moraes, que faleceu em  
 19.03.2018. Os requerentes são filhos e cônjuge do falecido e exibiu certidão de óbito (fl. 12).

**É o relatório. Fundamento e decido.**

Os documentos que acompanham a inicial confirmam a legitimidade apenas da  
 requerente Isabel Cristina Pinheiro Alves para o saque dos ativos existentes na conta vinculada do  
 PIS/FGTS da titularidade do falecido Edvilson Cassimiro de Moraes (falecido em 19.03.2018,  
 conforme fl. 12), PIS nº 124.39129.88-9, que se encontram depositados na CEF, e para o  
 recebimento dos resíduos do crédito previdenciário relacionados ao NB nº 540.853.295-6. A ex-  
 companheira do falecido é a única dependente habilitada no INSS, tanto que ela foi contemplada  
 com o benefício da pensão por morte, conforme cartão de concessão de fl. 55. A questão se  
 resolve pelo direito previdenciário e não pelo direito sucessório.

O requerente Willian Alves de Moraes quem efetuará o saque dos ativos,  
 responsabilizando-se pelo repasse integral do numerário à contemplada com os ativos por força de  
 sua condição de dependente do segurado, o que tem supedâneo no ordenamento jurídico.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Sorbone, 375, Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1fam@tjsp.jus.br

**DEFIRO O PEDIDO INICIAL:** concedo **ALVARÁ** para que o Espólio de **Edvilson Cassimiro de Moraes**, a ser representado pelo requerente **Willian Alves de Moraes** (qualificações no cabeçalho), saque na CEF ou outra Instituição responsável a integralidade dos ativos existentes na conta vinculada do **PIS/FGTS** (contas ativas, inativas, resíduos de planos econômicos, eventuais multas e juros), bem como concedo **ALVARÁ** para que o espólio, a ser representando pelo mesmo requerente, **saque** no INSS o valor do resíduo de crédito do benefício de pensão por morte NB nº **540.853.295-6** (inclusive respectivos consectários legais e 13º proporcional), indicado no comunicado da autarquia, constante dos autos. O autorizado poderá receber e dar quitação de todo o numerário e assinar os papéis e documentos necessários à consecução desses objetivos. O autorizado fica ciente de que todo o numerário pertence à Isabel Cristina Pinheiro Alves, haja vista sua condição de dependente do falecido habilitada no INSS. Concedo aos requerentes os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote). **Esta sentença valerá como instrumentos de ALVARÁS para os fins aqui expressos, devendo a CEF e o INSS lhes darem pleno atendimento. Prazo de validade: 120 dias.** Compete ao advogado dos requerentes materializar esta sentença/alvará para os fins supra.

Publique-se e Intimem-se. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo.

São Carlos, 10 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**